



2080 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

O CONHECIMENTO E AS VIRTUDES COMO FUNDAMENTOS PARA AS AÇÕES DO LÍDER/GOVERNANTE NO SÉCULO XIII
Patrícia Caroline da Rocha Leprique Torquato - UEM - Universidade Estadual de Maringá
Rafael Henrique Santin - UEM - Universidade Estadual de Maringá
Terezinha Oliveira - UEM - Universidade Estadual de Maringá
Agência e/ou Instituição Financiadora: Cnpq

O CONHECIMENTO E AS VIRTUDES COMO FUNDAMENTOS PARA AS AÇÕES DO LÍDER/GOVERNANTE NO SÉCULO XIII

RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir acerca do papel de líder, governante, gestor, a partir do surgimento das cidades e das universidades medievais, no século XIII, com o intuito de analisar suas virtudes para tal atuação na sociedade, refletindo sobre a importância do conhecimento para os governantes nas obras. Para isso nos embasaremos principalmente no escrito *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre* de Tomás de Aquino (1224/25-1274) e na obra *As Seis asas do Seraphim* de Boaventura de Bagnoregio (1217/21-1274) para compreendermos as possíveis ações do governante/líder seja na sociedade, seja na escola/Universidade.

Palavras Chave: Conhecimento. Virtudes. Governante/líder. Cidades.

O CONHECIMENTO E AS VIRTUDES COMO FUNDAMENTOS PARA AS AÇÕES DO LÍDER/GOVERNANTE NO SÉCULO XIII

RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir acerca do papel de líder, governante, gestor, a partir do surgimento das cidades e das universidades medievais, no século XIII, com o intuito de analisar suas virtudes para tal atuação na sociedade, refletindo sobre a importância do conhecimento para os governantes nas obras. Para isso nos embasaremos principalmente no escrito *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre* de Tomás de Aquino (1224/25-1274) e na obra *As Seis asas do Seraphim* de Boaventura de Bagnoregio (1217/21-1274) para compreendermos as possíveis ações do governante/líder seja na sociedade, seja na escola/Universidade.

Palavras Chave: Conhecimento. Virtudes. Governante/líder. Cidades.

INTRODUÇÃO

Para pensar no líder/governante/gestor será necessário entrarmos no estudo em consonância com as ideias dos intelectuais Boaventura de Bagnoregio (1217/21-1274) e Tomás de Aquino (1224/25-1274). A análise partiu do surgimento das cidades e das Universidades medievais, no século XIII, com o intuito de perceber que virtudes eram necessárias para uma melhor atuação do governante na sociedade. Esse estudo pautou-se, também, no escrito *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, de Tomás de Aquino; na obra *As Seis asas do Seraphim*, de Boaventura de Bagnoregio. Desse modo, foi possível nos aproximar da compreensão das ações do governante/líder, seja na sociedade, seja na escola/Universidade, necessárias para o desenvolvimento dos homens, em determinado tempo histórico.

A escolha dos clássicos, Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino, se justifica pela relevância de seus ensinamentos. Esse conhecimento pode apontar caminhos para nossos problemas, que são humanos, assim como os homens do passado o fizeram. O historiador Marc Bloch (2001) destaca que “[...] o presente e o passado se interpenetram. [...] Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca — embora não nitidamente alertado - não é menos verdadeira (BLOCH, 2001, p. 65). Para ele, não é possível entender o presente sem estudar o passado, nem tão pouco ao contrário, quem conhece ambos sabe agir melhor sobre o presente e ser um bom governante na sociedade.

Conforme Boaventura de Bagnoregio (1937) e Tomás de Aquino (1995), no século XIII, o conhecimento passou a ser algo indispensável para a sociedade. Ao estudar esses clássicos, Oliveira (2005) destaca que os estudos religiosos não eram mais suficientes para promover o convívio social e, por conseguinte, orientar as relações entre os diversos segmentos que passaram a habitar em comum. Autores como Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino foram alguns dos principais intelectuais desse processo de educação no século XIII. As obras, *As Seis asas do Seraphime Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, evidenciam a preocupação de Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino sobre o papel de líder, trazendo à tona a relevância das características que teriam que possuir quem exercesse esses papéis na sociedade. Para Oliveira (2005), liderar para eles não era um dom, mas, sim, uma virtude, a qual exigia o ensino, portanto, era algo que deveria ser ensinado e também aprendido.

Para Tomás de Aquino (1995) há sempre a necessidade de se ter um homem dirigente para algum fim. Em *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre...* assinala que “[...] em todas as coisas ordenadas a algum fim, em que se possa proceder de um modo ou doutro, é ‘mister haver’ algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim” (TOMÁS DE AQUINO, 1995, p. 126)[1]. A sociedade, certamente, precisa de um governante para manter o equilíbrio constante. Esse líder, segundo o Mestre, deveria ser um homem que buscasse o bem comum, seja o do grupo limitado, seja da multidão, mas, jamais o seu bem particular.

O Mestre Aquino assinalava que era de responsabilidade do homem o governo das coisas racionais, direcionando-as para o bem comum da sociedade. Independentemente do tempo histórico, conduzir ações para o bem coletivo institui-se como uma máxima que deve ser apropriada pelos homens, os quais ocupam uma posição de líder/governante/gestor. Ainda o Mestre assinala que as características naturais do homem, em relação às dos animais, são reparadas por sua atividade intelectual e pela sua necessidade natural de viver em sociedade. A utilização da razão caracteriza o homem como um ser social por natureza e é por intermédio dessas potencialidades que ele busca satisfazer as suas necessidades básicas para o viver social. Tomás de Aquino afirmava que o homem não poderia apenas tomar conta de si próprio, pois deveria também pensar no bem comum do outro para exercer um bom governo. Nota-se, assim a importância da formação do governante, tanto no passado quanto no presente.

Nesses termos, consideremos suas proposições:

Com efeito, um navio, que se mover para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fora dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação, porquanto age pelo intelecto, que opera manifestamente em vista do fim. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanos patenteia. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim (TOMÁS DE AQUINO, 1995, p. 126)[2].

Esse excerto permite perceber que, para ele, era necessário o homem ser formado para assumir o papel de dirigente para algum fim. Fica evidente que a sociedade precisa de um governante para manter um equilíbrio constante na vivência entre os homens. Mas esse rei, destaca o autor, deve ser como um pastor que zela pelo bem comum da multidão e não o seu próprio, por isso, “[...] quem rege a comunidade perfeita, isto é, a cidade ou o país, chama-se autonomasticamente rei” (TOMÁS DE AQUINO, 1995, p. 130)[3]. Observa-se, assim, que só poderia ser rei, se este homem, por princípio, cuidasse do bem de todos.

Boaventura de Bagnoregio (1937), em seus ensinamentos também enfatiza o papel desse governante como alguém que busca sempre a perfeição em todas as ações. Para este autor, em *As seis Asas do Serafim*, todo governante tem que governar primeiro a si próprio “[...] de mais, todo religioso, até certo ponto, tem de governar-se a si próprio, e prestar conta do governo de si a Deus no juízo final” (BOAVENTURA DE BAGNOREGIO, 1937, p. 42)[4].

O filósofo Bagnoregio (1937) salienta que o líder deve primar pela prática de atitudes em um “grau de perfeição”, pois todas as ações interferem na vida do outro indivíduo. Assim, o Mestre declara que:

[...] é mister que aqueles que deverão governar a outros utilmente, possuam varias virtudes, das quaes algumas se refiram a si mesmos, afim de viverem irreprehensivelmente; outras se refiram aos seus superiores, para obedecerem humilde e devidamente; e mais outras, enfim, se refiram aos subditos, de accordo com as quaes regê-los-ão meritariamente e os promoverão as aspirações mais altas (BOAVENTURA DE BAGNOREGIO, 1937, p. 6)[5]

Para esse intelectual, toda pessoa que assume a responsabilidade de ensinar, deve possuir virtudes em “grau eminente”. Além dessas virtudes, era essencial que a aprendizagem fosse pautada em ensinamentos bíblicos, nos quais o Criador tratava o homem no seu princípio de liderança, isto é, na maneira como ele governava a sua família.

De acordo com estes autores, um governante, por princípio, deveria respeitar e cumprir as leis, pois nele recaía a responsabilidade de organização e conservação da comunidade. Entende-se que esses princípios são importantes no cenário brasileiro atual, pois é possível fazer analogias no âmbito da política. Observa-se, que a atuação social demanda uma formação alicerçada na ética, na moral e nas virtudes, independentemente do tempo histórico e ambiência. Esses requisitos podem ser desenvolvidos pela inteligência, pela capacidade reflexiva dos homens, pelo conhecimento. Assim, o governo de nossas ações deveria basear-se em atitudes virtuosas e éticas, direcionadas para o bem comum. Faz-se relevante perceber que condutas são requeridas dos homens para que eles possam conviver com os demais no ambiente citadino no século XIII.

Com o surgimento das cidades e das Universidades medievais, no século XIII, podemos considerar que esses estudos, nos possibilitou refletir acerca do papel de líder, governante, gestor. Nosso objetivo é compreender quais virtudes eram necessárias para o governante agir de forma virtuosa direcionadas para o bem comum da sociedade. Para Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino um bom líder deveriam praticar ações fundamentadas nas virtudes da prudência, da temperança e, principalmente da justiça.

Entende-se que a ética, a moral, as virtudes e o conhecimento são elementos essenciais para a formação do governante e este ser humano devia ser construído por meio da observação e do ensino. Esses princípios perenes, constituem-se como base para fazer renascer a saúde e a harmonia da sociedade. Para os clássicos, a importância da vida material implica uma postura educacional que valorizava o ensino da ética, voltado para uma melhor organização da vida social, que favorecesse um viver mais solidário e harmonioso entre os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das autoridades do passado, como Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio, permite perceber sua constante preocupação com a ética e a moral. Na perspectiva da filosofia e da história da educação, a ética e a moral são essenciais para o desenvolvimento e a conservação da sociedade.

A nosso ver, ao estudá-los podemos compreender algumas questões do nosso presente, bem como perceber o quanto essa pesquisa traz contribuições para a educação. Nós, como educadores, estamos comprometidos com a moral e a ética do nosso tempo histórico, pois, sem formação do intelecto não há como existir o homem, que pense no bem comum da sociedade.

Faz-se preciso educar com base em valores éticos, estéticos e políticos, induzindo o indivíduo a construir sua identidade social e coletiva e contribuir para a construção de uma sociedade solidária que vise o bem comum. A sociedade deve ser composta de indivíduos amalgamados por laços de responsabilidade, de comprometimento, seja em relação uns com os outros seja em relação à realidade, cuja destruição leve à perda dos indivíduos. Assim, o papel da educação é, dentre outros, ensinar sentimentos, valores éticos e morais para que a sociedade se preserve, para que os homens possam viver bem coletivamente.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**: ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. As seis asas do Seraphim. In: BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. **Esquivos espirituaes de S. Boaventura**: Cardeal e Doutor da Igreja. Tradução Frei Saturnino Schneider, O. F. M. Petrópolis, RJ: Vozes, 1937, p.1-60.

OLIVEIRA, Terezinha. **As Universidades na Idade Média**. Porto; São Paulo: Mandruvá/Instituto Jurídico Interdisciplinar da Univ. do Porto, 2005.

TOMÁS DE AQUINO. Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre. In: TOMÁS DE AQUINO. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 123-172.

[1] (TOMÁS DE AQUINO, *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, Cap. II, § 2).

[2] (TOMÁS DE AQUINO, *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, Cap. II, § 2).

[3] (TOMÁS DE AQUINO, *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, Cap. II, § 6).

[4] (BOAVENTURA DE BAGNOREGIO, *As seis asas do Seraphim*, Cap. VII, § 63).

[5] (BOAVENTURA DE BAGNOREGIO, *As seis asas do Seraphim*, Cap. I, § 16).